



Em debate realizado no dia 4 na Capital, servidores decidiram formar comissão que irá à Administração do TRT cobrar soluções que melhorem a prestação de assistência à saúde, afetada pelo baixo orçamento, um dos piores do país

————— Páginas 7 e 8

Luta por Carreira no Judiciário e saúde no TRT entra no segundo tempo



Trabalhadores na rua

Movimento social e sindical se mobiliza para evitar perda de direitos dos trabalhadores

————— Página 6

JURÍDICO

Primeira ação dos quintos está pronta para Execução

————— Página 3

Encontro da Fenajufe traça caminhos para evitar prejuízos aos aposentados

Prioridade é pressionar parlamentares para conseguir a aprovação de PECs que revogam cobrança de contribuição previdenciária e garantem proventos integrais na aposentadoria por invalidez

————— Página 6



O jornal **O GRITO** é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina

Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, edifício Jorge Daux - Centro - CEP 88010-560 – Florianópolis (SC)

Fone/Fax: (48) 3222-4668

Site: www.sintrajusc.org.br

E-mail: imprensa@sintrajusc.org.br

Diretoria:

Coordenadores Gerais
Adriana Maria Ramos
Luiz Severino Duarte
Paulo Roberto Koinski

Coordenadores Executivos
Coord. de Finanças e Patrimônio:
Manoel Prazeres
Pedro Antonio de Oliveira
Coord. de Cultura, Promoção Social e Esporte:
Silvana Liczbinski
Coord. de Comunicação e Imprensa:
Denise Moreira Schwantes Zavarize
Coord. Jurídicos:
Liliane Toldo Cunha Oldra
Neila Avila de Souza
Coord. de Formação Sindical:
Luiz Roberto Silveira
Coord. para Assuntos de Aposentadoria e Pensão:
Adenir Lourdes Canonica Barbon

Coordenadores Regionais
Região Norte
Gerson Henrique Franco de Macedo
Região Planalto
Robak Jose Barros
Região Oeste
Geraldo Tirelli
Região Sul
Luciana de Souza Cechinel Bez Batti
Região do Vale
Edmilson Silva da Rosa

Textos, Diagramação e Edição:
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)

Projeto Gráfico: Letra Editorial
Logomarca do Sintrajusc: Paulo Laitano

Impressão: Grafinoorte - Tiragem: 2.500 - Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

Colabore com nosso jornal

Escreva para:

imprensa@sintrajusc.org.br (Os artigos enviados não poderão exceder 2.500 caracteres e serão publicados na página 3). Receberemos os artigos até o dia 20 de cada mês.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Fenajufe pressiona para revogar Resolução 53

Míriam Santini de Abreu



Sindicato defendeu criação de cargos em sessão do Pleno

O CSJT adiou a apreciação da Resolução 53, de 31 de outubro de 2008, que prevê mudanças na estrutura da Justiça do Trabalho em todo o país. Em sessão ordinária no dia 27 de março, foi definido que o Colepregon terá até o dia 4 de maio para se posicionar, apresentando propostas de alterações no conteúdo da resolução. Após esta data, a Resolução 53 voltará à pauta do CSJT para ser apreciada pelos conselheiros.

Em reunião no dia 16 março, a conselheira Rosalie Michaelle Bacila Batista, em nome do Colepregon, havia pedido que o presidente do TST e do CSJT, ministro Milton de Moura França, suspendesse a vigência da Resolução 53.

CIRCULA NA INTERNET

Certa vez quatro meninos foram ao campo e, por 100 reais, compraram o burro de um velho camponês. O homem combinou entregar-lhes o animal no dia seguinte. Mas quando eles voltaram para levar o burro, o camponês lhes disse:

- Sinto muito, amigos, mas tenho uma má notícia. O burro morreu.
- Então devolva-nos o dinheiro!
- Não posso, já o gastei todo.
- Então, de qualquer forma, queremos o burro.
- E para que o querem? O que vão fazer com ele?
- Nós vamos rifá-lo.
- Estão loucos? Como vão rifar um burro morto?
- Obviamente, não vamos dizer a ninguém que ele está morto.

Um mês depois, o camponês se encontrou novamente com os quatro garotos e lhes perguntou:

- E então, o que aconteceu com o burro?
- Como lhe dissemos, o rifamos. Vendemos 500 números a 2 reais cada um e arrecadamos 1.000 reais.
- E ninguém se queixou?
- Só o ganhador. Porém lhe devolvemos os 2 reais e ficou tudo resolvido.

Os quatro meninos cresceram: um fundou um banco chamado Opportunity, um outro uma igreja chamada Universal, o terceiro foi ser senador da República e o último tornou-se Ministro do STF.

A Fenajufe elaborou documento em que afirma que “a Resolução nº 53 ainda apresenta muitas lacunas, o que tem gerado, no âmbito das entidades representadas pela Fenajufe, intranquilidade e questionamentos”.

Além disso, afirma a Federação a resolução não estabelece parâmetros mínimos para as Direções do Foro, Serviços de Distribuição dos Feitos e Centrais de Mandados.

Afirma o documento: “Há de se ter em mente que a Resolução nº 53 está prestes a ser implantada frente a um panorama de crise financeira mundial e alta taxa de demissões, sendo que, só no Brasil, mais de 700.000 (setecentos mil) trabalhadores já perderam seus postos de trabalho. Nesse contexto, a demanda do Judiciário Trabalhista na solução dos conflitos cresce exponencialmente, e a resolução ora em debate põe-se na contramão dessa realidade, ao propor o ‘enxugamento’ da estrutura administrativa da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Em sín-

tese, a implantação da Resolução nº 53 deverá ser revista até pelo momento sócio-econômico que se vive no país, sendo que a norma foi concebida em período anterior à atual crise mundial, que já provoca verdadeira revolução nas relações entre capital e trabalho, sendo imperativa a atuação da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus para aplacar os efeitos da crise sobre os trabalhadores”.

A Fenajufe reivindica a revogação da resolução. Em ordem sucessiva, a suspensão, total ou de parte dos dispositivos mais nocivos para permitir maior discussão sobre o impacto de sua implantação na Justiça do Trabalho. Em qualquer das hipóteses, a Federação quer atuação irrestrita no eventual processo de revisão da norma.

A direção do SINTRAJUSC defendeu, em sessão do Pleno do TRT, a criação de 334 cargos, e avaliou que os critérios devem ser questionados, visto que a resolução não atende a realidade do TRT12. O Sindicato também está acompanhando o andamento da solicitação do Tribunal junto ao CSJT para a criação dos cargos.

AGENDA

Abril

Dia 16 – Lançamento do livro da jornalista Elaine Tavares intitulado “Porque é preciso romper as cercas: do MST ao Jornalismo de Libertação”, no Auditório do Centro Sócio-Econômico da UFSC, na Capital, às 19h.

Dias 13 a 17 – Semana da Cultura Guarani, das 10h às 16h, na terra indígena de Morro dos Cavalos, no Km 235 da BR-101 em Palhoça. Exposições, apresentações culturais e palestras

Maiο

Dia 16 – Seminário e assembléia para aprofundar a discussão sobre o Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal. Às 13h30, no auditório da JF na Capital

 **BENEFÍCIO**

TRT e Justiça Federal assinam convênio com CEF para habitação

O TRT e a Justiça Federal em Santa Catarina assinaram convênio com a CEF para oferecer condições especiais de crédito imobiliário aos servidores. No TRT as condições são as seguintes:

- Até 80% de quota de financiamento, de acordo com o prazo contratado, podendo chegar a 90% exclusivamente na modalidade imóvel na planta;

- Prazo contratual de até 30 anos;

- Taxa Efetiva de Juros de:

1. 8,9% ao ano para operações enquadradas no Sistema Financeiro da Habitação (imóveis cuja avaliação seja de até 350 mil reais e com valor de financiamento até 245 mil reais);

2. 11,5% ao ano para operações fora do SFH

Para quem já recebe ou irá

optar pelo crédito de salário na CEF e tiver relacionamento com o banco (cartão de crédito, cheque especial e conta corrente), os juros acima baixam para 8,4% e 11,0% ao ano respectivamente, além de outras vantagens.

Para mais informações basta agendar horário de atendimento na CEF pelo telefone 48-3224.0594.

O SINTRAJUSC está agendando reunião com o TRE para



também garantir o benefício aos servidores daquele Tribunal.

 **JURÍDICO**

Confira o andamento das ações judiciais

PRIMEIRA AÇÃO DE QUINTOS PRONTA PARA EXECUÇÃO

Trânsito em julgado - O Sindicato, através de sua assessoria jurídica, obteve o primeiro trânsito em julgado em uma das ações coletivas de quintos. Trata-se do processo nº 2007.72.00.010721-0, na qual o Sindicato atua como representante processual de 30 filiados e que transitou em julgado em 03.03.09. Apesar de ser um acontecimento raro, a União não recorreu da decisão favorável aos servidores, proferida pela 3ª Turma do TRF da 4ª Região. A assessoria jurídica já obteve carga dos autos e está diligenciando na apuração das diferenças e em sua atualização.

Valores - A expectativa é que sejam pagos valores significativamente superiores àqueles recebidos por alguns servidores na ação da Anajustra no início deste ano. Segundo o advogado Fabrizio Rizzon, “os cálculos partirão dos valores históricos já apurados pelo TRT, com correção monetária pelo IPCA-E e IPCA-15, somando-se juros de 12% ao ano fixados no acórdão nos termos do novo Código Civil”.

Conforme o advogado, “ainda compõem a condenação diferenças de correção monetária dos valores pagos administrativamente no mês de dezembro de 2006, com juros a partir da

citação”. A assessoria jurídica, segundo ele, pretende dar início à execução ainda em abril, pois não há necessidade de nenhuma nova autorização de parte dos representados e os trabalhos de contadoria já iniciaram.

Mais processos a caminho

- Existem mais quatro processos de representação processual de quintos. A assessoria jurídica espera que dois deles transitem em julgado brevemente, pois pendem apenas de agravos no STJ, e vários advogados da União naquela Corte já não têm sustentado novos recursos em torno de quintos. Nessa situação estão os processos 2005.72.00.011497-6 e 2005.72.00.007509-0.

Os outros também poderão ter o trâmite acelerado, a depender da interposição ou não de recursos pela AGU. A ausência de recurso no processo que passará a ser executado, somada às posturas no STJ, pode se transformar numa tendência. Espera julgamento de recurso especial o processo 2007.72.00.004169-6 e pende de apelação o processo 2007.72.00.011412-2.

Para os servidores que não autorizaram o Sindicato a agir como representante processual nos primeiros processos, foram propostas duas ações de substituição processual, para a Justiça Federal e Trabalhista (a Eleitoral quitou tudo administrativamente). Embora ainda estejam nas instâncias ordinárias, a assessoria jurídica recomenda que os servidores façam

seus cálculos e analisem bem as alternativas, antes de aderir a esta ou àquela solução, para não haver arrependimento no futuro.

INICIAM AS EXECUÇÕES DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE FC - GRUPO DE 2001

Conforme foi noticiado em boletim de fevereiro, a ação que pleiteava a sustação de descontos de PSSS sobre as FCs (nº 2001.72.00.008809-1) transitou em julgado, gerando resíduos a receber ao grupo de servidores que mais cedo assinou a lista de adesão disponibilizada na época pelo Sindicato.

Logo depois do ajuizamento, a administração reconheceu que a contribuição não era devida, e devolveu os valores descontados a partir de dezembro de 1998. Como o processo já havia sido ajuizado, houve sentença de procedência.

Com o trânsito em julgado, deverão ser pagos aos representados resíduos decorrentes do critério de correção determinado pela sentença, a taxa SELIC (que abrange correção monetária e juros) e dos meses não-abrangidos pela devolução administrativa (11/97 a 12/98).

Os cálculos já foram elaborados pelos peritos contratados pelo Sindicato. Para o início das execuções individuais basta o preenchimento e entrega da procuração (disponível no site do Sindi-

cato), o que deverá ser feito até o dia 15 de abril próximo. Os honorários advocatícios e periciais somente serão pagos quando do recebimento das quantias.

JFSC MANDA PAGAR CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS PELA DEMORA NO ENQUADRAMENTO NO PCS/03 A SERVIDOR DA JUSTIÇA ELEITORAL

O Juiz Federal da 1ª Vara Federal de Florianópolis, Gustavo Dias de Barcellos, condenou a União a pagar correção monetária e juros pela demora no pagamento das diferenças decorrentes do enquadramento estabelecido no artigo 22 da Lei 11.416/2006.

A ação foi proposta pela assessoria jurídica do SINTRAJUSC em nome de um servidor da Justiça Eleitoral. Apesar do enquadramento valer desde dezembro de 2006, quando entrou em vigor o novo PCS, o TRE pagou os valores retroativos ao reenquadramento apenas em dezembro de 2008.

Segundo o advogado Luciano Cunha, a decisão foi bastante comemorada. “A correção do enquadramento determinada pelo artigo 22 do PCS de 2006 era uma luta antiga. A demora dos Tribunais em implantá-la representou a continuidade de uma injustiça com servidores que já vinham sofrendo discriminação há quase uma década.”

MAIS&MAIS&MAIS&MAIS



Diretoria fez Reunião Ampliada no dia 5

Seminário discutirá Plano de Carreira

No dia 16 de maio, às 13h30, no auditório da Justiça Federal na Capital, o SINTRAJUSC fará seminário e assembléia para aprofundar a discussão sobre o Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal. A atividade antecede a Plenária Nacional da Fenajufe, nos dias 5, 6 e 7 de junho em Manaus, onde a carreira será um dos principais assuntos.

Nas próximas quatro semanas, Coordenadores do Sindicato irão visitar os locais de trabalho em Florianópolis e no interior do Estado para convidar os servidores para mais essa etapa da luta. A decisão foi tomada na Reunião Ampliada de Diretoria realizada no dia 5 de abril na Capital.

No ano passado o SINTRAJUSC realizou seis Seminários Regionais para atender a orientação da Fenajufe em relação ao Plano de Carreira.

A metodologia aplicada iniciou com a coleta e discussão de propostas, que contou com visitas a vários locais de trabalho no estado e debate sobre temas fundamentais como Cargos, Progressão Funcional, Promoção, Jornada de trabalho, Ascensão Funcional, Terceirização e FCs.

Os servidores do Judiciário também tiveram à disposição um questionário disponibilizado na página do Sindicato.

As respostas apresentadas foram parte da primeira etapa, que mostrou ser a mais democrática e participativa possível. Agora, na segunda etapa, o Sindicato mais uma vez convida a categoria a se manifestar para levar a voz de Santa Catarina à Plenária Nacional da Fenajufe.

Além da carreira, os Coordenadores do Sindicato também encaminharam lutas referentes às condições de trabalho dos servidores, especialmente na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho.

Plano de Carreira no Judiciário da temperatura da luta dos

O trabalho da Comissão Interdisciplinar do STF que discute a revisão do PCS3 e o Plano de Carreira deve encerrar em abril. A Fenajufe é representada pelo Coordenador Ramiro López e o Sindjus-DF por Roberto Policarpo, que são os únicos representantes dos servidores. A maioria dos membros da Comissão é formada por representantes dos Tribunais. A cada reunião novos pontos são abordados e já foi possível chegar a um acordo para aprovar algumas reivindicações da categoria. Muitas vezes, porém, os posicionamentos tomados pela Comissão não são definitivos e alguns temas já debatidos acabam voltando à pauta dos encontros. Confira a entrevista com Ramiro López sobre o andamento dos trabalhos:

Quais os pontos de divergência na Comissão?

Em tese nós não temos grandes divergências. É quando discutimos ponto a ponto que aparecem as diferenças entre a posição dos trabalhadores e das Administrações. No geral a discordância está naqueles pontos que democratizam a administração dos Recursos Humanos do Judiciário como um todo.

Quais foram os maiores avanços já obtidos?

Avalio que o resultado não será o nosso projeto de Plano de Carreira, mas também não trará nenhum tipo de retrocesso em relação à lei que está em vigor, e deve avançar em uma série de aspectos. Um deles é na reivindicação de alguns setores, como os Oficiais de Justiça e Agentes de Segurança, com a aplicação do percentual da GAE e da GAS em cima do último padrão de vencimento. Também houve alteração da base de incidência do Adicional de Qualificação, cujos percentuais passarão a incidir sobre o maior vencimento da carreira. Outro avanço foi o reconhecimento dos funcionários do Judiciário na condição de carreira típica de Estado, que é uma defesa antiga nossa, está contemplada no PL 319, que tramita na Câmara dos Deputados, e agora conseguimos fazer constar no anteprojeto de Plano de Carreira.



E o que significa esse reconhecimento?

Quando essa discussão iniciou, a visão de Estado que reinava no país era outra. Hoje isso mudou e talvez a gente não perceba o que o reconhecimento significa. Na época, a proposta do Bresser [Luiz Carlos Bresser-Pereira], o mentor desse projeto no governo Fernando Henrique Cardoso, trabalhava com a idéia de núcleo de Estado, e isso tem garantias como estabilidade no emprego e também salário diferenciado. O que não é tido como típico de Estado poderia ser terceirizado, teria tratamento diferenciado para pior. Hoje essa discussão sobre o que é típico de Estado não está tão em voga, mas como de quatro em quatro anos se renovam os mandatários do país, não se sabe o que pode acontecer. Então, ainda que não traga nenhum repercussão financeira imediata, ter esse reconhecimento nos abriga como servidores do Judiciário.

Da forma como o diálogo avança na Comissão, o resultado está mais para um novo PCS ou para um Plano de Carreira de verdade?

Para ter 100% a idéia de carreira, é necessária a ascensão funci-

onal. Eu acho que não vai ser carreira na plenitude da expressão por conta disso, porque a ascensão funcional é inconstitucional. Mas acho que o próprio PCS, a Lei 11.416, que está em vigor hoje, já traz uma série de componentes de carreira. Penso que vamos avançar bastante. Trabalhamos lá com a criação de uma escola de preparação dos servidores do Judiciário, com um conselho administrador da carreira, atribuições dos cargos, proibição de terceirização. Isso estará no anteprojeto de lei no qual estamos trabalhando. Com certeza o resultado não será só mais uma tabela. O diálogo avança em re-



rio irá depender servidores

Rodrigues Viana



Ramiro, que esteve no Seminário sobre Carreira realizado em Chapecó no ano passado, representa a Fenajufe na Comissão

tado deste trabalho virar lei?

A nossa experiência acumulada em outras batalhas mostra que houve momentos em que se precisou fazer greve até para tirar projetos do Judiciário, para fazer o Judiciário encaminhar. Não sei se desta vez será o caso. Se as Administrações estão mais sensíveis, acabam encaminhando sem grandes dificuldades. Mas, no caso de trancar, como aconteceu em outras ocasiões, é preciso fazer a pressão interna e um trabalho no Legislativo e até negociações com o Executivo para transformar o projeto em lei.

Saiba mais

A Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União

A Proposição PL-319/2007 altera a denominação “Carreiras Judiciárias” para “Carreira Judiciária” dos servidores do Judiciário da União, que será constituída dos cargos efetivos de Analista, Técnico e Auxiliar Judiciário.

Memória

Depois de mais um ano de tramitação e de dois períodos de esforço concentrado, finalmente, em apenas 48 horas, o PCS3 foi aprovado nas duas Casas do Congresso



Greve em 2006 garantiu aprovação do PCS3

A história mostra que as vitórias dos trabalhadores foram resultado de mobilização, pressão e greve. Em 2006, como registra o jornal *O Grito* foram 45 dias de paralisação para chegar ao PCS3.

Os servidores do Judiciário lutaram para fazer o projeto de lei do PCS sair do Conselho Nacional de Justiça e tramitar o mais rápido possível nas Comissões da Câmara dos Deputados para virar lei. Mas a necessidade de garantir recursos para o pagamento foi outra meta importante para a categoria. Então, a greve passou a ser pela obtenção de um acordo entre o Judiciário e o Executivo, o que finalmente foi conquistado.

O acordo foi fundamental para que, assim que fosse aprovado o PLN 11/06, que garantiu os recursos para o pagamento das parcelas do PCS, não houvesse mais obstáculos à sanção presidencial.

Aprovação

Antes disso, o sinal vermelho acendeu quando, no final de 2005, o projeto de lei do PCS, na época com o número 5845/05, voltou ao CNJ, para atender às determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O retorno do projeto de lei mostrou aos servidores que uma luta dura vinha pela frente. A única alternativa era mobilização total. E foi o que a categoria fez, numa greve de seis dias, até a aprovação unânime do projeto de lei do PCS no CNJ, em novembro de 2005.

Após isso, enquanto o projeto de lei ia de uma para outra Comissão na Câmara, a Fenajufe realizou vários Dias Nacionais de Paralisação, com adesão maciça de servidores de todo o País. Gradativamente, os trabalhadores foram se incorporando à luta, com atos que forçaram os parlamentares a colocar o PCS em votação. Mesmo assim, houve muitos atrasos, sendo o maior deles o

da Comissão de Finanças e Tributação, onde se definiu a adequação financeira do projeto de lei. Nesta Comissão, o PCS ficou parado por seis meses. Nesse período, os servidores já estavam com força na greve.

Em função da mobilização, o projeto foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, onde estava parado, e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois disso, a preocupação dos servidores foi o recurso apresentado pelo governo que garantia a inclusão do substitutivo resultante do acordo entre STF e governo federal no corpo do projeto de lei do PCS. O desafio era encontrar uma brecha na pauta da Câmara e do Senado bem em meio às eleições.

Vitória

Depois de mais um ano de tramitação, e de dois períodos de esforço concentrado, finalmente, em setembro, e em apenas 48 horas, o PCS foi aprovado nas duas Casas do Congresso. Como das vezes anteriores, o SINTRA-JUSC esteve presente no esforço para convencer deputados e senadores da importância da aprovação dos projetos de lei do PCS.

Com a aprovação nas duas Casas, novamente voltou à cena a questão da garantia dos recursos no Orçamento deste ano. Era necessário aprovar, no Congresso Nacional, o projeto de lei que garantiria a suplementação orçamentária para o pagamento das primeiras parcelas ainda em 2006. Era o último passo antes da assinatura do presidente da República.

Assim, quase no final do ano, e em função da demora na votação, novamente os servidores tiveram que retomar a mobilização. Decorrido mais de um ano de tramitação, finalmente o PCS3 se tornou realidade, com a aprovação no Congresso.

lação a isso.

E quais os próximos passos desta luta?

Quem participa da Comissão são técnicos da área de Recursos Humanos, que representam os Tribunais e estão subordinados às Direções Gerais, aos Conselhos. Então eles submeterão a proposta que sair dali às Direções Gerais, e depois às administrações dos Tribunais e aos Conselhos. Depois disso é que vai para o Congresso Nacional.

Qual é o papel dos Sindicatos e dos servidores para o resul-

Míriam Santini de Abreu



Municípios da Capital fazem protesto; no dia 3, liderança do Sindicato foi presa

Protestos marcam o mês de março

Março foi um mês de luta, com várias categorias buscando evitar perda de direitos trabalhistas. No dia 3 de abril, a Coordenação do SINTRAJUSC acompanhou atividade que resultou em violência policial contra os municípios de Florianópolis, que estão em greve. A categoria fazia a “lingüçada” na frente do gabinete do prefeito Dário Berger quando chegaram policiais para dispersar a manifestação usando gás e armas de choque elétrico, culminando na prisão do diretor de Comunicação do Sintrasem, Charles Pires. Logo após sua soltura, mais de mil servidores realizaram uma passeata exigindo o atendimento das reivindicações e denunciando a violência do prefeito.

No dia 30 de março, a Coordenação dos Movimentos Sociais organizou uma caminhada até a Procuradoria Geral do Estado, na Capital, para protestar em defesa de emprego, direitos e salários. O dia nacional de mobilizações foi organizado pelas centrais sindicais como a CUT, a Conlutas, a CTB, a UGT e a Intersindical, além de organizações populares, com o lema “Esta crise não é nossa” (leia depoimentos ao lado).

O papel dos servidores

Os impactos da crise econômica mundial sobre o funcionalismo público brasileiro foram o tema de um seminário promovido pelo jornal *Correio Braziliense* no dia 24, do qual participou o diretor de Documentação do Diap, Antônio Augusto de Queiroz. Ele fez uma abor-

dagem conceitual dos três monopólios exercidos pelo Estado: o poder de punir, tributar e de legislar.

Para a concretização destes três monopólios e o cumprimento das diversas funções de Estado, com destaque para a promoção de ações sociais, o servidor tem papel imprescindível. “Sem servidor, não existe serviço público. Servidor é peça fundamental no processo eleitoral, já que são mais de 8 milhões ativos e inativos”, destaca.

Queiroz chamou atenção para agenda negativa de projetos em tramitação no Congresso Nacional, que podem ser fortalecidos com a crise. Citou como exemplo o PLP 1/07, que limita investimentos com servidores públicos ao correspondente à inflação mais 1,5% do PIB e que pode representar reajuste quase zero para o funcionalismo, caso seja aprovado pelo Parlamento.

Outra proposição para a qual Queiroz chamou atenção é o PLP 248/98, que estabelece regras para a dispensa de servidor por insuficiência de desempenho, bem como o PLP 92/07, que institui as chamadas fundações públicas e que prevê a contratação de trabalhadores regidos pela CLT em detrimento da realização de concursos públicos para diversas áreas.

É possível ainda a inclusão dos servidores na PEC dos Precatórios, que fará com que as ações reparatórias ganhas na Justiça sejam postergadas infinitamente pela União, estados e municípios. Neste contexto, é fundamental a luta dos trabalhadores. *Com informações do DIAP*

Aposentados lutam para aprovar PECs contra perda de direitos

A Fenajufe está elaborando um calendário de atividades junto aos parlamentares, tanto nos Estados quanto em Brasília, para lutar pela aprovação das Propostas de Emenda Constitucional (PECs) 555-A, de 2006, e 270, de 2008. A PEC 555-A revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003 (que instituiu a cobrança previdenciária dos aposentados), e a PEC 270/08 garante ao servidor que se aposentar por invalidez o direito aos proventos integrais com paridade.

Este foi um dos encaminhamentos do Encontro Nacional dos Aposentados e de Assuntos de Aposentadoria da Fenajufe, realizado nos dias 20 e 21 de março. O SINTRAJUSC foi representa-

do pela Coordenadora para Assuntos de Aposentadoria e Pensão, Adenir Barbon. Confira outras decisões:

- Que Fenajufe tenha como política prioritária a realização de pelo menos um encontro nacional dos aposentados por ano;

- Realizar o Encontro Nacional do Coletivo de Aposentados da Fenajufe no dia 25 de setembro de 2009, em Brasília, com a participação de dois representantes por sindicato filiado;

- Conscientizar os aposentados da necessidade de participar de um órgão de classe;

- Colocar carta dirigida aos parlamentares sobre as PEC 555-A/2006 e 270/2008 na página da Fenajufe e dos sindicatos.

Por que esta crise não é nossa?

Este lema tem a ver com origem do que está acontecendo. A crise começou com a queda de lucro, e a solução encontrada foi corte de empregos e salários e incentivo fiscal a empresários. Este ato unificado é a primeira resposta a isso, porque a única saída é unificar e organizar os trabalhadores.

Luiz Carlos Pustiglione, do Sinte e militante da Conlutas

Essa crise não é nossa, dos trabalhadores e trabalhadores, porque é uma crise do sistema capitalista. Portanto, são os capitalistas que devem arcar com as consequências dela. No entanto, nós entendemos que, mesmo nos períodos de crise, é fundamental que nós tenhamos uma perspectiva de unidade de todos os trabalhadores que são contra esse sistema responsável pela exploração de milhões de pessoas que estão enfrentando dificuldades. Essa crise também apresenta uma perspectiva de alternativa que não seja o sistema capitalista. Pode ser colocada na ordem do dia a luta por uma sociedade socialista onde de fato possamos ter igualdade e valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Raquel Felau Guisoni, da diretoria estadual da CTB

O epicentro da crise foi nos Estados Unidos, e para superá-la o país não pode colocar nas costas dos trabalhadores essa responsabilidade. As empresas não podem se ajustar demitindo trabalhadores, reduzindo salários. O governo, quando vai socorrer uma empresa com dinheiro público, do BNDES por exemplo, tem que exigir contrapartidas sociais, como garantir e gerar mais empregos. Esse é um dinheiro da sociedade, público, que não pode financiar o ajuste das empresas para superar a crise.

Carlos Alberto Lopes Figueiredo, do Sinte, filiado à CUT

Fenajufe cobra no TSE definição sobre Concurso de Remoção

Concurso nacional de remoção, isonomia entre as chefias de cartórios eleitorais e acesso à internet nos órgãos da Justiça Eleitoral foram os pontos debatidos na reunião que a Fenajufe teve no dia 2 com a secretária de Gestão de Pessoas do TSE, Ana Cláudia Braga. A primeira reivindicação apresentada pelo coordenador da Fenajufe Rogério Fagundes foi a isonomia entre as chefias de cartórios eleitorais dos municípios do interior e das capitais. Rogério questionou sobre o andamento do processo do TSE que define o tratamento isonômico entre esses servidores e reforçou a necessidade de que ele seja apreciado logo, uma vez que a categoria está insatisfeita com essa situação de tratamento desigual na JE.

Ana Cláudia Braga informou que o relator do processo, ministro Joaquim Benedito Barbosa, está de licença médica e por isso

o relator agora é o ministro Enrique Ricardo Lewandowski, interinamente. A secretária avaliou, ainda, que dificilmente o processo sobre a isonomia nos cartórios eleitorais será colocado na pauta de votação do pleno antes de o relator, ministro Joaquim Barbosa, voltar da licença médica.

A partir das informações repassadas pela representante do TSE, o coordenador Rogério afirma que assim que o ministro retornar ao TSE e assumir novamente a relatoria do processo, a Fenajufe irá solicitar uma audiência com ele para tratar do assunto.

Acesso à internet

Outro assunto pautado por Rogério foi o acesso à internet pelos servidores da JE em várias regiões do país. Ele lembrou que essa situação já foi apresentada pela Fenajufe ao TSE, por meio de re-

querimento em 23 de agosto de 2007. Segundo Rogério, alguns tribunais regionais, como o da Bahia, já estão desenvolvendo, em caráter experimental, desde o dia 23 de março, um sistema técnico para a utilização de domínios de fora do tribunal. Ele ressaltou a defesa da Fenajufe para que esse problema seja revolido e para que o TSE libere pelo menos as páginas com domínio org. Ana Cláudia disse que o sistema experimental que está sendo desenvolvido, no prazo de 30 dias, tem como objetivo resolver o problema em todo o país.

Ao final da reunião, o coordenador da Fenajufe pautou a preocupação da categoria quanto ao Concurso Nacional de Remoção na JE, que ainda não foi instituído pelo TSE. Ana Cláudia informou que o TSE já está fazendo um estudo visando a definição do formato e dos critérios de pontuação

do concurso. De acordo com ela, o objetivo do Tribunal é abranger todos os TREs do país, mas o estudo diz respeito somente ao concurso de remoção para os casos de permuta. A Federação encaminhou no dia 3, ao TSE, documento no qual requer participação no processo de elaboração do estudo. *Fonte: Fenajufe*

Recesso forense

O substitutivo ao Projeto de Lei Complementar 06/2007, que trata do recesso forense de final de ano no Judiciário, voltará à pauta do Senado no dia 12 de maio. A Fenajufe defende que o feriado forense seja de 20 de dezembro a 6 de janeiro e a suspensão de prazos de 7 a 20 de janeiro.

ENQUETE SOBRE SAÚDE

Vários servidores enviaram ao SINTRAJUSC relatos por escrito sobre a situação enfrentada no interior do Estado em relação à assistência à saúde no TRT12. Muitos servidores avaliam que uma alternativa viável é expandir a estrutura do Saser para cidades-pólos, o que facilitaria o acesso de mais trabalhadores aos serviços oferecidos. Outros relatos foram os seguintes:

- que haja aumento significativo no valor do auxílio saúde;
- que a GEAP tenha representantes no interior do Estado para conversar com servidores e também com médicos com o objetivo de diminuir a burocracia que eles enfrentam em relação a procedimentos em geral;
- que a opção adotada abranja servidores e dependentes;
- que se reveja a forma de atuação do Saser para ampliação de atendimento fora da Capital.

LEIA MAIS SOBRE A ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO TRT NA PÁGINA 8.



“Em Lages há um problema crítico, temos a GEAP, que é um plano bom, mas que infelizmente não está sendo bem-recebido pelos médicos que trabalham lá. Nós temos dificuldade para encontrar cardiologistas, otorrinos e profissionais de outras especialidades, e achamos que estamos sendo preteridos em relação a outras Justças. Precisamos de um plano de saúde unificado, maior, como nos moldes de outros planos que têm cobertura mais completa. Encaminhamos, na reunião feita pelo Sindicato, solicitação para que haja uma equiparação de planos na JE, JT e JF, e também ampliando para outros Estados. É uma proposta que, esperamos, seja analisada pelo TRT. Inclusive o TRT está fazendo pesquisa de clima organizacional em relação a como estamos recebendo a Administração, e verificamos que em nenhuma pergunta foi abordado algo em relação ao plano de saúde. Queremos que a categoria esteja mobilizada a esse respeito.”

Marco Antonio Pereira Madruga, servidor em Lages



“O atendimento que temos é esporádico, acontece uma vez por ano, com o odontomóvel do Saser, mas isso ainda é pouco. Na avaliação dos servidores da Vara, poderia haver uma presença um pouco mais intensiva do Tribunal em termos de saúde, para que nos sintamos mais tranqüilos com relação a isso. Defendemos esse debate em relação ao plano de saúde porque nos sentimos desamparados. Não somos contrários às ações do Saser, elas são importantes, mas não temos acesso a elas e também queremos nos beneficiar dessas ações.”

Nilson Feliciano de Araújo, servidor em Videira

SAÚDE

SC está quase na lanterna

Debate organizado pelo SINTRAJUSC mostrou que, além do orçamento baixo para custear despesa, um dos menores do país, a assistência oferecida pelo TRT12 é deficiente no interior do Estado

Míriam Santini de Abreu

Uma comissão formada por seis servidores, incluindo Coordenadores do Sindicato, irá levar à Administração do TRT os problemas enfrentados em relação à assistência médica do Tribunal e cobrar soluções. Paralelo a isso, o SINTRAJUSC fará a luta para que, no âmbito do TST, seja ampliado o orçamento para custeio da saúde dos servidores catarinenses. Os dois encaminhamentos foram o resultado do encontro realizado no dia 4, em Florianópolis, com o objetivo de buscar soluções para várias dificuldades que estão afetando trabalhadores, especialmente os lotados no interior do Estado. Cerca de 30 pessoas participaram da atividade.

O primeiro palestrante do encontro foi Washington Luiz Moura Lima, Assessor Econômico do SINTRAJUSC. Ele disse que a Justiça do Trabalho tem hoje um orçamento de R\$ 126 milhões para a assistência à saúde, dos quais apenas R\$ 2,202 milhões para o TRT12.

Washington apresentou dados de 2009 que revelam: Santa Catarina tem a segunda pior média de gastos por servidor, R\$ 93,22, perdendo apenas para o Mato Grosso, R\$ 84,50. A média nacional fica em R\$ 205,86. Já a média por beneficiado (inclui dependentes) é de R\$ 36,05 em Santa Catarina, contra R\$ 25,60 no Mato Grosso, ambos no final da fila. Entre os Tribunais Regionais, o que mais investe na saúde do servidor é o de Minas Gerais. A média por beneficiado é de R\$ 139,80, quase três vezes mais do que o TRT12.

Na avaliação do economista, o orçamento reivindicado ou que está efetivamente chegando ao Tribunal é muito baixo. “É muito ruim a situação de Santa Catarina. Há condições de aumentar o orçamento, colocando isso como prioridade, mas isso vai depender de mobilização”, concluiu.

Comparativo

O segundo palestrante foi Henrique Jacintho de Oliveira, representante dos servidores junto à GEAP, que ressaltou o fato de os maiores problemas afetarem os servidores do interior do estado. Ele mostrou tabelas com comparativos de valores entre diferentes possibilidades de planos, e avaliou que uma solução era que todo o Judiciário Federal buscasse a auto-gestão para a assistência à saúde.

No debate, servidores que trabalham no interior do estado relataram que há muita difi-



Servidores de várias cidades do Estado participaram da atividade e discutiram medidas para melhorar o serviço

culdade para encontrar médicos que atendam pela GEAP, o plano oferecido pelo Tribunal. É comum o deslocamento para Florianópolis, onde se concentram as clínicas e os especialistas. “Algo tem que ser feito com urgência, porque o reembolso não é suficiente. Do jeito que está, vamos começar a vir em comboio para a Capital, faltar ao trabalho para fazer consulta”, desabafou uma servidora.

Os trabalhadores foram taxativos ao afirmar que é preciso igualar os valores no Judiciário, tanto do ponto de vista do orçamento quanto da qualidade. “O TST tem na mão o orçamento dos Tribunais. Para se chegar a isso é preciso decisão política, porque há fundamentação legal”, destacou Washington. Foi ressaltado que é preciso discutir a aplicação dos recursos públicos, porque muitas vezes há projetos que usam verbas orçamentárias e cuja utilidade é questionável. “Enquanto isso a saúde vai ficando para trás”, reclamaram os servidores.

Gestão

Para o Coordenador do SINTRAJUSC Paulo Koinski, o problema principal é de gestão, pois o orçamento é apenas um ingrediente nesta receita, que tem como produto uma diferença brutal de tratamento quando comparamos os valores descontados dos servidores da Justiça do Trabalho em Santa Catarina para

os planos de saúde com os valores pagos por servidores da Justiça do Trabalho de outros Estados, da Justiça Federal e Justiça Eleitoral, que pagam preços simbólicos com forte participação dos tribunais.

Outro fato grave, destacou Koinski, é a falta de profissionais credenciados ao atual plano de saúde escolhido pelo TRT, o que causa uma situação mais complicada: “Muitos servidores da Justiça do Trabalho, principalmente os servidores lotados no interior do estado, para não ficarem desamparados, optam por planos contratados de forma individual, pagando preços ‘quase cheios’”. Fica a impressão de que tudo está muito bem. Tão bem que o TRT12 executou apenas 66,67% desta verba em 2008, enquanto outros Tribunais executaram, em média, 91%, e para este ano, enquanto os demais tribunais planejam melhoria orçamentária nesta rubrica, o TRT catarinense fez previsão menor para 2009 (de 2,567 milhões no ano passado para 2,202 milhões este ano).

Ao final do encontro, ficou claro que a preocupação dos trabalhadores não é escolher essa ou aquela operadora de saúde, e sim ter atendimento garantido e de qualidade, tanto no interior do Estado quanto na Capital. LEIA MAIS NA PÁGINA 7.

Veja entrevista com Washington e Henrique no Blog do Sindicato, www.sintrajusc.blogspot.com